

LABORATÓRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM TÉCNICAS
LABORATORIAIS EM SAÚDE
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Fernanda Benevides Cabral

CRISES CAPITALISTAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRISE DE 1929

Rio de Janeiro,

2013

Fernanda Benevides Cabral

CRISES CAPITALISTAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRISE DE 1929

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Orientador: José Victor Regadas Luiz

Rio de Janeiro,

2013

Fernanda Benevides Cabral

CRISES CAPITALISTAS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CRISE DE 1929

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Análises Clínicas.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

José Roberto Reis – LABORAT

Paulo Henrique Andrade – LABFORM

José Victor Regadas Luiz – NUTED

RESUMO

Aborda a crise capitalista de 1929, a Grande Depressão e suas consequências, destacando a relevância de seu estudo para que possamos entender melhor como ocorrem as crises comerciais características do sistema de produção e modo de vida em que se molda a nossa sociedade atualmente. Para tal, resume a história do conceito do termo crise, desde sua origem na Grécia até o momento em que a palavra se torna aplicável no campo da economia e política, compondo o sentido que é hoje utilizado. Relata o contexto histórico em que ocorre o crash da Bolsa de Valores de Nova York e como a recessão econômica que se segue é internacionalizada junto com seus efeitos devastadores nos âmbitos social, político, cultural e ideológico. Analisa a Grande Depressão da década de 1930 e como ela afeta diferentes esferas da sociedade americana e alemã, onde chega nesta última a originar o nazismo que porventura leva o mundo à Segunda Guerra Mundial no ano de 1939. Aborda de que forma se consegue superar a crise apenas com a guerra e como as diferentes medidas nacionais para combatê-la acabam por ser falhas e em certos momentos chegam até a agravá-la. Conclui mostrando como em certas condições podem se dar o comportamento humano e a luta de classes, como os diferentes conflitos ideológicos se dão, formatando a sociedade em diferentes blocos históricos, mostrando como a ela se comporta de forma dinâmica no que a constitui e como desequilíbrios dessa dinâmica podem levar à situações das mais diversas, tanto socialmente falando, como politicamente, ideologicamente e economicamente.

Palavras-Chave: Capitalismo, Crise de 1929, Grande Depressão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Foto: fila de desempregados	24
Figura 2 Foto: fila de desempregados	32
Figura 3 Foto: fila de desempregados	32
Figura 4 Cartaz sobre nazismo	40
Figura 5 Cartaz do filme Ninotchka	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Cotação das ações na Bolsa de Valores	28
Gráfico 2 Variação anual da produção e comércio mundial	30

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 HISTÓRIA DO CONCEITO DE CRISE	13
2.1 Das origens do conceito na Antiguidade	13
2.2 Do desenvolvimento dos sentidos do termo com a era cristã e a chegada da modernidade	14
2.3 Do desenvolvimento do termo com o Iluminismo	14
2.4 Do desenvolvimento do termo com a Revolução Francesa	16
2.5 A Revolução de 1848 na Alemanha e a “crise”	19
2.6 A “crise” aplicada no campo econômico	21
2.7 A “crise capitalista”	23
3 A CRISE ECONÔMICA DE 1929	24
3.1 O contexto histórico e o <i>crash</i> da Bolsa de Valores de Nova York	25
3.2 A internacionalização da crise	29
3.3 O lado social da Grande Depressão	31
3.4 A Grande Depressão e a ascensão do nazismo	36
4 CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

O capitalismo é um sistema econômico caracterizado por um modo de produção de vida que é baseado na propriedade privada dos meios de produção e na sua irrestrita liberdade de comércio e indústria, cujo principal objetivo é o lucro daqueles que, nesse sistema, são os donos do poder: a grande burguesia.

Periodicamente nesse sistema existem crises financeiras que acabam afetando todos os aspectos da sociedade, já que cada bloco histórico é composto por movimentos diferentes de diversos fatores (social, cultural, político, por exemplo, que se sobrepõem uns aos outros num movimento contínuo) característicos de uma dinâmica que compõe a sociedade naquele momento. Essas crises buscam reestabelecer o equilíbrio e fazer a manutenção do capitalismo dentro de cada sociedade, de acordo com as necessidades e circunstâncias em que esta vive em dado período, sempre pressupondo a burguesia como soberana. Como analisa Rosa Luxemburgo (s/d, p.350),

Daqui resulta que as crises industriais e comerciais são inevitáveis; elas reestabelecem periodicamente o equilíbrio entre a tendência capitalista para a produção, em si ilimitada, e os limites do consumo, permitindo ao capital perpetuar-se e desenvolver-se.

Ou seja, o capitalismo em si acaba entrando em contradição com seus próprios meios constituintes em dados momentos. Como Marx Koselleck (apud, 2006) viria a explicar, o capitalismo é um sistema único formado por esferas cujo desenvolvimento e movimento são individuais, como por exemplo a circulação de capital e a produção, esferas distintas mas que juntas formam um sistema único, são dependentes. Em dado momento de desenvolvimento essas esferas acabam se tornando de certa forma, autônomas, e esse caráter em algum momento as faz entrar em contradição umas com as outras ocasionando as crises capitalistas. Segundo Antonio Gramsci (2007, pp. 330-331),

o desenvolvimento do capitalismo foi uma ‘crise contínua’, se assim se pode dizer, ou seja, um rapidíssimo movimento de elementos que se equilibravam e neutralizavam. Num certo ponto, neste movimento, alguns elementos predominaram, ao passo que outros desapareceram [...]. Então surgiram acontecimentos aos quais se dá o nome específico de ‘crises’, que são mais ou menos graves precisamente na medida em que tenham lugar elementos maiores ou menores de equilíbrio.

Nas sociedades pré-capitalistas, os mercados eram acessórios da vida econômica social, quando era considerado um meio através do qual se faziam trocas comerciais. Na sociedade capitalista, na sociedade de mercado, estes se auto-regulam, são teoricamente

providos dessa capacidade, logo a ação do Estado para regulá-lo e controlá-lo não é necessário, e muito pelo contrário, limita o seu desenvolvimento. Sendo assim, o Estado não deveria intervir na esfera econômica, deve tomar medidas que somente assegurem o seu desenvolvimento, e nada além disso. Ele se torna um Estado mínimo, onde sua ação é limitada aos interesses dos grandes empresários, o meio social é fortemente subjugado às necessidades da produção capitalista, ao menos na teoria (Polanyi, 2000).

Através de diferentes modos de tentativa de “consenso” da grande massa, como por exemplo nos anos 1920 quando esta vivia o encantamento produzido e difundido do *american way of life*, ocorre a dominação de uma classe sobre a outra, no caso, a burguesia consegue manter controle sobre o proletariado. É importante ressaltar que esse domínio não é feito puramente pela simples exploração mercantil de uma classe sobre a outra, mas que essa exploração é feita de forma sutil, mascarada, tanto ideologicamente como na própria ação, e em momentos de crise do sistema, em momentos de conscientização de classe, isso começa a ser questionado pela população, como ocorre durante a Grande Depressão, onde o movimento de esquerda cresce junto com a propagação da crise e seus efeitos devastadores. Como analisou Huberman (1978, p.231),

O assalariado na sociedade capitalista é um homem livre. Não pertence a um dono, como na escravidão, nem está preso ao solo, como no regime feudal da servidão. [...] Vimos como os meios de produção (terra, instrumentos, máquinas etc) passaram a ser propriedade de um pequeno grupo e já não eram distribuídos geralmente entre todos os trabalhadores. Os que não são donos dos meios de produção só podem ganhar a vida empregando-se – por salários – aos que são donos. É evidente que o trabalhador não se vende ao capitalista (isso faria dele um escravo), mas vende a única mercadoria que possui – sua capacidade de trabalhar, sua força de trabalho.

Como a sociedade é composta e organizada segundo uma dinâmica das esferas cultural, política, social e econômica, dentre outras, é de se esperar que quando há um desequilíbrio nesse movimento e uma dessas esferas entre em crise, o conjunto por completo seja afetado, até possivelmente poder originar, segunda a intensidade desse desequilíbrio, um novo bloco histórico com características sociais, políticas, culturais e econômicas completamente diferentes. No sistema capitalista, as crises mais comuns são de âmbito econômico, ocasionando, logo, consequências nas outras esferas constituintes da sociedade. Essas crises comerciais, segundo Marx (2005), seguem uma tendência a se agravarem cada vez mais conforme vão acontecendo:

cada crise destrói regularmente não só uma grande massa de produtos já fabricados, mas também uma grande parte das próprias forças produtivas já desenvolvidas. Uma epidemia, que em qualquer outra época teria parecido um

paradoxo, desaba sobre a sociedade - a epidemia da superprodução. Subitamente, a sociedade vê-se reconduzida a um estado de barbárie momentânea; dir-se-ia que a fome ou uma guerra de extermínio cortaram-lhe todos os meios de subsistência; a indústria e o comércio parecem aniquilados. E por quê? Porque a sociedade possui demasiada civilização, demasiados meios de subsistência, demasiada indústria, demasiado comércio. [...] De que maneira consegue a burguesia vencer essas crises? De um lado, pela destruição violenta de grande quantidade de forças produtivas; de outro lado, pela conquista de novos mercados e pela exploração mais intensa dos antigos. A que leva isso? Ao preparo de crises mais extensas e mais destruidoras e à diminuição dos meios de evitá-las (MARX, 2005, p.45).

A maior crise de superprodução já ocorrida ficou conhecida como a Crise de 1929, que é o objetivo de análise deste trabalho. A queda dos anos 1930 foi caracterizada por uma extrema desordem humana, social, econômica e ideológica, tendo sido marcante no desenvolvimento do sistema capitalista como um todo. Segundo David Harvey (2003, p.78),

essas crises são tipicamente registradas como excedentes de capital (em termos de mercadoria, moeda e capacidade produtiva) e excedentes de força de trabalho lado a lado, sem que haja aparentemente uma maneira de conjugá-los lucrativamente a fim de realizar tarefas socialmente úteis. [...] O efeito foi a desvalorização e em alguns casos a destruição dos excedentes de capital e a redução dos excedentes de força de trabalho a uma deplorável condição.

De fato, a Crise de 1929 teria como consequência a Grande Depressão, que levaria o mundo ao segundo conflito bélico do século, sendo este o mais destrutivo da história e, curiosamente, somente através dele o mundo conseguiria sair da recessão econômica que o teria assolado em todas as esferas da sociedade durante toda a década de 1930.

A Crise de 1929 tem seu início incerto, variando para cada autor seu ponto inicial, mas que culmina com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em outubro de 1929. Esse *crash* teria sido o estopim de uma crise que em sua véspera seria inevitável, teria sido o estopim de uma enorme “bolha especulativa” que rondava a Bolsa e que esta, por fim, não aguentaria (Gazier, 2010).

O epicentro da crise é o Estados Unidos da América, hegemônico nos anos após a Primeira Guerra Mundial, em um contexto onde todas as potências europeias estavam destruídas e tentavam se recompor, os EUA prosperaram. A população americana vivia seus anos dourados, o consumismo desenfreado, o *american way of life* contagiava o cotidiano de quase todo norte-americano na década de 1920.

O fim da mesma década seria caracterizado como o auge da já conhecida queda da taxa de lucro, que significa que quanto maior for o desenvolvimento capitalista, para que um empresário consiga aumentar o seu lucro, ele precisa investir quantidades absurdas de

capital na produção, e no fim esse aumento fica longe de ser proporcional ao valor do investimento. Quando se conscientizam disso, os donos das grandes indústrias param de investir em capital constante (produção) e passam a jogar o seu dinheiro na Bolsa, começam a especular seu dinheiro (Huberman, 1978). A prosperidade era tanta, que qualquer cidadão norte-americano podia e comprava ações na Bolsa, onde seus valores só aumentavam e aumentavam cada vez mais, no entanto, sem haver base produtiva para tal, culminando com a quebra da Bolsa em 1929.

As consequências dessa quebra, como serão melhores analisadas no segundo capítulo, seriam internacionais e extremamente intensas. Socialmente falando, a população norte-americana seria sujeitada a viver em condições totalmente contrastantes com as que viviam no *american way of life* do início da década de 1920 (Coggiola, 2009). Os conflitos ideológicos, sustentados por uma União Soviética que tendo outro sistema vigente não é afetada pela crise, seriam frequentes e bastante profundos, levando até à criação do ambiente propício à radicalização da direita na Alemanha com a ascensão do nazismo. A esquerda seria também fortificada em alguns estados nacionais devido à influência e exemplo soviético, difundindo o medo do “perigo vermelho” aos governantes e grandes empresários durante a Depressão, ganhando com isso, atenção dos mesmos e até certas concessões.

A Grande Depressão, como será analisada neste trabalho, foi um período caracterizado por uma recessão econômica mundial, uma desordem material e humana, bem como por movimentos ideológicos dinâmicos e lutas sociais surpreendentes. O capitalismo reconheceria neste período que era hora de ceder certa riqueza para o meio social ou estaria sujeito ao seu fim. O perigo caso não o fizesse seria a possível radicalização da esquerda ou, como na Alemanha, da direita política.

Como consequência desta crise financeira, o liberalismo econômico é destruído durante meio século, dando vez às considerações sociais frente às econômicas, compondo o conhecido *keynesianismo* (Hobsbawn, 2003).

Através da análise da Crise de 1929, portanto, esta pesquisa pretende analisar as consequências da mesma em um estudo que visa expressar a importância dessa análise para que se entenda melhor a dinâmica que rege e caracteriza em diferentes momentos a sociedade como um todo, para que se entenda melhor como ocorrem as crises capitalistas e quais são suas necessidades mais sutis para que se reestabeleça o sistema, para que não nos deixemos cometer os mesmos erros que foram cometidos no passado. Para tal, este trabalho é estruturado com um primeiro capítulo que conta a história do conceito do termo

‘crise’, para que possamos entender como ele é composto e como ele se adéqua ao campo econômico deste estudo. O segundo capítulo desenvolve como se deu a Crise de 1929, o crash da Bolsa e quais foram as consequências de tal acontecimento em diferentes âmbitos e contextos. Por fim, como disse Coggiola (2009, p.233).

Que outro seja nosso destino, que o estudo e assimilação das experiências passadas seja-nos útil para que os horrores do passado fiquem, também, no passado. E para que a crise atual seja superada, não pela barbárie bélica ou colonial, mas pela emergência de uma nova sociedade, baseada na propriedade social, no poder dos trabalhadores e na solidariedade dos povos de todo o mundo.

2 HISTÓRIA DO CONCEITO DE “CRISE”

O presente capítulo tem como objetivo resumir a história do conceito de ‘crise’, da origem da palavra até a introdução do seu uso em estudos econômicos, como foi tal desenvolvimento. Através disso, definir o conceito de crise capitalista.

2.1 Das origens do conceito na Antiguidade

A história do conceito do termo ‘crise’ será aqui resumida tendo como base o artigo “Krise”, do pesquisador alemão Reinhart Koselleck, que é considerado um dos mais importantes historiadores alemães do pós-guerra, destacando-se como o principal teórico da ‘história dos conceitos’. Reinhart Koselleck nasceu na cidade de Görlitz em 23 de abril de 1923, e faleceu aos 82 anos de idade em 2006. A maior parte de sua obra como um todo concerne à história social, intelectual e administrativa da Prússia e da Alemanha nos séculos XVIII e XIX.

Segundo Koselleck, “Desde que a sociedade atingiu o desenvolvimento industrial, a semântica política dos conceitos envolvidos no processo fornece uma chave de compreensão sem a qual os fenômenos do passado não poderiam ser entendidos hoje” (KOSELLECK, p.103), sendo assim, “a história social que queira proceder de maneira precisa não pode abrir mão da história dos conceitos, cujas premissas teóricas exigem proposições de caráter estrutural” (KOSELLECK, p. 118).

O termo ‘crise’ tem origem grega, e seu uso clássico era centrado na esfera política. Possuía um significado de ‘decisão’, no sentido de se chegar a um ponto crucial, como também no sentido de se chegar a um veredicto, a um julgamento, que posteriormente esse último sentido foi enquadrado em outro termo, o de ‘crítica’. A versatilidade metafórica do termo faz com que, nos dias de hoje, ele possa ser enquadrado em quase todas as áreas.

Para os gregos, ‘crise’ era um conceito central pelo o qual a justiça e a ordem política poderiam chegar a uma harmonia através de decisões legais apropriadas, nesse

período o sentido predominante utilizado para o termo dizia respeito ao que era justo ou injusto.

2.2 Do desenvolvimento dos sentidos do termo com a era cristã e a chegada da modernidade

O significado jurídico do termo é determinado através da própria interpretação do Velho e Novo Testamento, e uma nova dimensão é adicionada ao conceito: o ato do julgamento carrega consigo uma promessa de salvação. Dessa forma, o conceito ganha importância no que diz respeito às expectativas do apocalipse, o fim do mundo finalmente trará justiça. Dessa forma, seu significado passa a abranger a esfera religiosa.

Quando referido a situações médicas, que foi o sentido predominante do uso do termo durante todo o pré-modernidade, ele demanda tanto a observação da doença quanto o julgamento do seu curso e, posteriormente, se o paciente sobreviverá ou não. Dependendo se o paciente conseguirá restaurar sua saúde ou não, a crise é distinta entre perfeita ou imperfeita.

Com a latinização do termo, houve uma expansão metafórica para os campos linguísticos sociais e políticos, ganhando um sentido relativo à transição, a um período de tempo que levará a uma decisão ocasionalmente, que demandará uma ação, mas tal ação ainda não foi executada.

Nesse período, portanto, predominava-se a ideia de alternativas decisivas no que dizia respeito à salvação ou danação com a inserção e a sobreposição temporária do sentido religioso.

2.3 Do desenvolvimento do termo com o Iluminismo

O primeiro uso de ‘crise’ que se tem notícia para caracterizar questões políticas que mais se aproximam ao sentido moderno da palavra só foi feito no século XVII, na França,

por exemplo, no reinado de Luís XIV, o termo foi usado para referir-se às dificuldades econômicas do país. Em 1743, D'Argenson utilizou-o descrevendo a situação interna da França como um todo.

Dessa forma, o conceito entra em uma dimensão nova da filosofia da história, que se desenvolve mais com os acontecimentos do século XVIII. O uso no francês expandiu o termo para a língua inglesa, e posteriormente para a alemã, nesse momento, o conceito já havia se expandido para as questões políticas internas e externas, assim como em âmbitos econômicos. Nesse processo, adquiriu uma dimensão histórica baseando-se nos seus significados originais relacionados à teologia e à medicina.

A inserção da palavra na língua alemã só foi relatada após a Revolução Francesa, e sua aparição nos dicionários varia conforme a abrangência de seus sentidos. Em alguns casos, só registrava-se o significado original grego, 'juízo', 'razão' e 'reflexão', muitos outros só registravam o significado medicinal, dando ou não espaço ao seu sentido grego. O seu uso teológico e jurídico não apareciam nos dicionários, apesar de se supor que tais sentidos já eram bastante difundidos na comunidade acadêmica do século XVIII e XIX, e sua expansão para os campos da política e da economia foi a partir de seu sentido médico. No entanto, tal expansão é extremamente rara no que diz respeito à sua referência léxica.

Em 1770 o sentido político e militar do termo é registrado pela primeira vez, no entanto na língua francesa apenas, no início do século seguinte tal uso será também citado nos dicionários alemães, mas o desenvolvimento do uso de 'crise' nas esferas citadas será, ao longo do século XIX, explorado e explicitado. Sempre primeiramente o sentido político aparecia antes de o econômico ser abordado.

Com a flexibilidade metafórica do termo, um sentido concreto para ela nunca foi cristalizado, devido aos seus vários sentidos possíveis. Em 1872, Goethe disse que "todas as transições são crises", expandindo as interpretações possíveis para a palavra, assim como para referir-se a transições emocionais, apesar de tal interpretação não ser integrada ao sentido do termo na época.

2.4 Do desenvolvimento do termo com a Revolução Francesa

O uso de ‘crise’ em âmbitos políticos intensificou-se no século XVIII, com os acontecimentos que se desenvolveram, como por exemplo, a Revolução Francesa. Em referência à constituição francesa de 1791, Wieland descreve a situação como “um momento de crise definitiva. É uma questão de vida ou morte; nunca antes o perigo interno e externo foi tão grande”.

O termo também era empregado em guerras civis, onde havia a divisão da lealdade dos cidadãos; para situações externas ou militares que estavam chegando a um ponto decisivo. Apontava mudanças fundamentais em constituições que significariam a sobrevivência ou a decadência de certa entidade política e sua própria ordem constitucional, ou que podiam significar apenas uma troca de governo.

Na segunda metade do século XVIII, surge no modo em que o termo é utilizado uma nova conotação religiosa, no entanto pós-teológica, chamada de filosofia da história, em que ‘crise’ torna-se fundamental para se explicar e entender a própria história. O sentido teológico e o médico da palavra continuam universalmente presentes, e são de extrema importância no entendimento do novo sentido histórico que o termo adquire.

O senso de se experimentar uma crise torna-se generalizado, o que diferencia em cada situação é o diagnóstico e o prognóstico. Para não se perder a qualidade semântica do termo ‘crise’, não é apropriado se utilizar da linguística pragmática usando as divisões políticas da época, porque isso significa aceitar alternativas derivadas de interpretações individuais como indicadores de uma realidade histórica. A qualidade semântica do termo está em sempre apontar alternativas completamente opostas, e para além disso, apontar justamente onde há o corte que torna tais alternativas tão antagônicas.

Entre esses opostos, pode-se haver uma cornucópia de variáveis que podem influenciar a caracterização da crise como única ou possivelmente recorrente. Seguindo seu sentido teológico, a crise pode ser única, como no Juízo Final, além de única, ela é final; ou seguindo seu sentido médico, a crise pode ser recorrente ou não, como uma doença.

Com isso, o termo passa a ser um conceito permanente e fundamental para a interpretação histórica. Nesse âmbito, ‘crise’ pode ser aplicado em quatro formas

diferentes: seguindo o sentido médico-político-militar, é um conjunto de eventos que levam a um ponto decisivo onde ações serão necessárias; a partir da teologia, significa um ponto único e final, onde após este a história mudará completamente; pode caracterizar uma situação crítica que é recorrente; e pode ser interpretada como uma fase de transição histórica única.

Rousseau, filósofo suíço, se utilizou da familiar teoria cíclica de sucessivas mudanças nas formas de governo para se referir ao estado da Europa em meados de 1762. Ele dizia que a monarquia já tivera seus tempos de glória e que agora sucumbiria, a atual ordem social não duraria, um estado de crise se aproximava junto com um século de revoluções. Essa visão é compartilhada com outros pensadores que acabam seguindo essa mesma linha, o filósofo francês Denis Diderot, por exemplo, após a dissolução do parlamento francês em 1771, diz que o fogo antes contido da liberdade está rompendo abertamente.

Assim, em grande parte graças à difusão dos ideais iluministas, a partir de 1770, o termo ‘crise’ se torna uma assinatura estrutural da modernidade, podendo, dependendo das circunstâncias da situação na qual a palavra fosse inserida, ser uma crise recorrente ou única.

No contexto da Guerra da Independência dos Estados Unidos (1776-1783), uma nova dimensão é criada para o uso do termo: caracteriza um limiar epocal que, ao mesmo tempo, antecipa um ajuste final de significado universal. O jornalista americano Thomas Paine, cujo jornal tinha como nome “The Crisis”, tentava através dele dar sentido histórico aos desenvolvimentos americanos, caracterizando-os como um desafio moral que resultaria por fim em uma democracia natural ou em um despotismo corrupto. Paine via na vitória do novo mundo e na derrota do velho modelo a realização da visão do futuro de Rousseau. A Guerra da Independência era, para além de um evento político, um processo histórico universal.

Quando a Revolução Francesa acontece, Paine a defende dizendo que a revolução era o resultado de uma corrupção que, por séculos acumulada, só poderia ser superada com uma revolução universal e completa.

Outro filósofo pertencente a este contexto histórico, de perspectiva conservadora, foi Edmund Burke (1729-1797), que dava à revolução um caráter grandioso devido à

introdução de novos princípios políticos, doutrinas, teorias e dogmas acarretados pela construção de uma nova constituição que mudava completamente todos os laços sociais tradicionais que caracterizavam aquela sociedade. No entanto, em contramão à Paine, que se utilizando do sentido teológico da palavra crise, lhe atribuía um caráter único, Burke se utiliza da história para se contrapor a isso, seguindo o sentido medicinal do termo.

Para Edmund Burke, ‘crise’ como uma forma de redenção revolucionária se transforma em uma categoria analítica através da qual se podia analisar e entender situações históricas concretas, apesar de também clamar por ação política. Ele, juntamente com Paine, dá uma nova semântica ao termo ‘crise’: uma situação que demanda alternativas históricas universais. Dessa forma, a palavra se torna também um conceito designado para combate, que pode ser utilizado por ambos os lados contra o outro.

Nesse momento de Revolução Francesa na Europa, a palavra passa a ser utilizada indistintamente com ‘revolução’. Auguste Comte (1798-1857), filósofo francês, dizia que a grande crise moderna só poderia ser resolvida com uma reorganização total da sociedade, o que requeria uma teoria sociológica capaz de explicar tudo referente ao passado da humanidade.

Uma vez que ‘crise’ é entendida como uma fase inevitável e necessária da história, através do prognóstico e planejamento adequado, ela pode ser superada. Apesar de se tornar um conceito epocal para se entender um período como um todo, o termo continua com seu legado escatológico, mas colocando os homens como definidores dos seus resultados.

O caminho para o sentido econômico da palavra que hoje conhecemos começou na filosofia, com o alemão Johann Herder (1744-1803), que dizia que a crise abrangia o espírito humano, logo se devia buscar entender as forças internas da história pra tentar entendê-la. Ele coloca o termo como central na história, que oferece alternativas que não podem simplesmente ser resumidas como vida ou morte, mas que requerem reflexões acerca de mudanças em longo prazo.

Seguindo essa linha, Isaak Iselin (1728-1782), filósofo político suíço, se referia à divisão da Polônia e à Guerra de Independência dos Estados Unidos da América como ‘furacões morais que limparão o ar trazendo tranquilidade e alegria’. Dessa forma, era dada

uma visão mais confortadora sobre o pós-crise, sobre o futuro, o que seria usado muito no século XIX nas teorias econômicas do liberalismo.

No século seguinte a ‘era da revolução’ havia aparentemente acabado, mas não seus efeitos para aqueles que passaram por ela. Nesse momento, o termo ‘crise’ podia significar mudanças em longo prazo assim como rompantes ocasionais. Devido à frequência que seu uso ganhou, a era da modernidade desde a virada para o século XIX pode ser conhecida como a ‘era das crises’.

2.5 A Revolução de 1848 na Alemanha e a “crise”

Ao longo do século XIX, a crise que acontecia nos estados alemães e que se estendia para toda a Europa no ano de 1848 já era considerada uma crise global completa que havia afetado todas as esferas da sociedade. Proporcional à ocorrência de revoluções em toda a Europa central e oriental nesse período, o uso do termo ‘crise’ aumentou consideravelmente.

A primeira vez que a expressão ‘crise comercial’ é utilizada é no ano de 1859, em um artigo de Pierer, quando já repercutia os primeiros sinais de convulsões sociais provocadas pela internacionalização do capitalismo, no entanto será só em 1931 em que ‘crise’ adquire um sentido predominantemente econômico. Com a Revolução de 1848, e com a crise econômica de 1857, os lexicográficos alemães começaram a registrar o uso de ‘crise’ para referenciar tais acontecimentos, apesar do seu uso já ser, nessa época, difundido na linguagem profissional dos economistas.

Clemens Perthes (1809-1867), jurista alemão, dizia que deveriam ocorrer muitas crises para que a segurança se restaurasse, o que possibilitaria tanto os indivíduos quanto o Estado de aproveitarem as aquisições que obtiveram no decorrer delas, o que haviam ganhado com elas.

Constantin Frantz (1817-1891), importante filósofo alemão, alegava que a crise que se dava no continente europeu era uma doença da vida nacional, cuja origem poderia ser reconhecida. A crise continuaria enquanto houvesse a enorme discrepância entre a estrutura de mudança social e as formas de governo, que eram incapazes de se adaptarem à

nova estrutura da sociedade, portanto perderam legitimidade. Segundo Frantz, a única saída era uma ditadura em que se instaurasse a vontade do povo acima de tudo.

Os estudiosos davam importância ao estudo da história para que se entendesse uma crise. Julgando-a corretamente podia-se determinar, segundo eles, se os problemas envolvidos na crise como, por exemplo, problemas de estado e sociedade, poderiam ser resolvidos na prática. Logo o conceito entra para o ramo da filosofia da história, demandando a execução de tendências previamente estudadas de acordo com cada situação.

Gustav von Mevissen (1815-1899), político alemão e seguidor das ideias de Hegel dizia que, assim como em épocas passadas, a razão da crise era a incongruência entre a cultura do século e seus costumes vigentes, formas de existência e condições. As alternativas para a resolução da mesma se situam na revolução ou, caso o espírito humano tivesse se tornado forte o suficiente, tais mudanças necessárias seriam tomadas voluntariamente e de dentro pra fora. Seguindo essa teoria, Mevissen realmente tentou revogar, sem sucesso, os privilégios de propriedade, procurando integrar a maioria excluída dos trabalhadores na sociedade, ligando assim a liberdade e a igualdade.

Lorenz Von Stein (1815-1890), economista alemão, por sua vez, dizia que ou deveria se fazer com que o trabalho e o capital sacrificassem seus interesses pessoais para institucionalizar uma relação de dependência mútua, para que dessa forma o Estado não fosse apenas mediador dos interesses da propriedade, ou a Europa voltaria a um estado de barbaridade e estaria perdida. Suas alternativas eram ou uma ordem social justa ou o colapso.

Jacob Burckhardt (1818-1897), filósofo da história suíço, diferenciou o conceito de 'revolução' e 'crise'. Ele analisa revolução como sendo fases regulares em que no final das quais haverá restauração ou despotismo. Nem todas as revoluções são realmente crises, porque não mudam estruturalmente as relações sociais. Crises são muito mais complexas, envolvendo vários aspectos. As Revoluções Inglesa e Francesa não podem ser consideradas crises, são crises incompletas, pois não mudaram fundamentalmente as relações sociais vigentes. Uma grande crise, à parte os processos tanto curtos quanto longos envolvidos, promete miséria e crime, mas também salvação. Seus resultados, tanto bons quanto ruins, só podem ser analisados em sua totalidade após um período de tempo proporcional à intensidade da mesma.

Uma parte muito importante e influente no conceito de ‘crise’ que conhecemos hoje é a partir do significado econômico, que surgiu a partir das ‘crises econômicas’. Na Alemanha, tal associação foi inicialmente feita para falar dos custos da guerra contra a França, ou até para falar das colheitas perdidas, como em 1847. Mas foi a partir de 1857 que o mundo passou a reconhecer as crises capitalistas como ocorrências globais causadas pelo capitalismo.

2.6 A “crise” aplicada no campo econômico

O uso de ‘crise’ com teor econômico já era feito na Inglaterra no século XVIII, mas na Alemanha só passou a ser comum no decorrer do século XIX. Até esse momento, eram usados termos como ‘relapsos’, ‘calamidades’ e ‘convulsões’ para se referirem a situações econômicas emergenciais. Porém, quando era utilizada para se referir a uma crise na economia, normalmente já vinha associada uma crise moral e social para além da somente econômica.

Na primeira metade do século XIX, ‘crises financeiras’ e ‘crises comerciais’ já eram de uso comum dos estudiosos, porém os aspectos que as compunham eram desenvolvidos e analisados na medida em que elas eram vividas. Quando se falavam delas, em jornais, por exemplo, o discurso moral era forte, e eram citadas taxas de juros, especulação, acumulação, baixo poder aquisitivo e regulações monetárias, de acordo com o impacto causado por e em cada um desses aspectos.

Wilhelm Roscher (1817-1894), economista alemão, publicou um trabalho em 1849 no qual dizia que o uso de ‘crises financeiras ou comerciais’ era inadequado, e que o melhor seria utilizar a expressão ‘crise produtiva’, porque dessa forma mostrava melhor a origem e natureza da ‘doença’. Através de análises de estudos de diferentes economistas europeus, ele optou pela teoria da superprodução. Ele atribui à crise a estagnação do consumo e a alta expectativa de demanda, que leva à produção excessiva de bens onde não há consumidores para tais. Citando ainda a crescente interdependência econômica global, ele defendia a ideia de que o governo deveria prover medidas preventivas e assistência financeira para superar a crise.

Havia uma tendência em acreditar que as tais crises produtivas eram importadas dos Estados Unidos da América, Inglaterra e da França, graças à interdependência das economias entre os países. Assim como havia uma tendência em ligá-las às crescentes inovações tecnológicas que eram incorporadas no meio produtivo. Com isso, acreditava-se que eram inevitáveis e imprevisíveis, e com as consequências que acarretavam logo o significado econômico passou a fazer presença na literatura social crítica.

Roscher dividia as crises em reformas, caso fossem resolvidas pacificamente dentro dos meios legais, ou em revoluções, caso produzissem mudanças violentas nas leis que regiam a sociedade. Através disso, ‘crise’ passou a ser considerado um ‘super conceito’ relativo à história.

A internacionalização da crise de 1856 impossibilitou que fossem achadas as origens da mesma, ela passou a ser considerada uma crise global. Suas causas estavam ‘em todo lugar e em nenhum lugar’. Dizia respeito às interações não só econômicas como também políticas, em âmbito internacional, assim como a respeito das condições produtivas capitalistas, e sua universalização a diferia de todas as crises anteriormente relatadas.

Através do conhecimento adquirido com a experiência, o conceito econômico ganhou um alto rigor teórico, diferente dos conceitos histórico e político. As crises econômicas, apesar de causarem miséria e intensificá-la cada vez mais, eram temporárias, e esse caráter fez com que o conceito de crises econômicas entrasse para a filosofia da história com certa especificidade, e dessa forma, as teorias a respeito delas, tanto liberais quanto socialistas, passaram a influenciar intensamente as percepções públicas.

Para os liberais otimistas, cada crise significava mais um passo em direção ao progresso, e até os socialistas partilhavam dessa visão. No entanto, horrorizados com a extrema miséria ocasionada por elas, sua visão de futuro tinha um teor mais escatológico, como pode ser observado em Marx e Engels.

Engels estudou o constante agravamento do movimento cíclico de crises econômicas, em que há o excesso de capacidade produtiva e em que a população morre de fome desse mesmo excedente. Essa condição, segundo ele, levaria a uma revolução social nunca antes imaginada nem vista na história. E uma vez que é observada a regularidade em que essas crises ocorrem, uma vez que se entenda que são inevitáveis, a possibilidade do

capitalismo sucumbir através de seus próprios aspectos constituintes se torna mais real. Após isso, entraríamos em uma fase crítica que nos levaria ao seu fim por meio de uma revolução.

A revolução é tão certa quanto a tal ‘crise final’, ‘global crash’, na concepção de Marx e Engels. Eles incorporam o conceito econômico em sua análise política e social, onde apontam as contradições internas do capitalismo que levam a essas crises cíclicas recorrentes, que por fim levará inevitavelmente ao colapso do sistema.

A crise só pode ocorrer a partir do movimento da produção capitalista, da competição e do crédito, e a teoria de equilíbrio entre demanda-produção nunca será alcançada, já que o sistema de circulação de capital já é por si só diacronicamente distorcido, impossibilitando tal igualdade.

2.7 A “crise capitalista”

O capitalismo, na definição de Marx, funciona como um grande sistema único formado por esferas cujos desenvolvimento e movimento são individuais, como por exemplo, a circulação de capital e a produção, que são esferas distintas mas que juntas formam o sistema, são dependentes. Com o desenvolvimento dessas esferas, elas acabam se tornando, de certa forma, autônomas, e esse caráter em certo ponto as fazem entrar em contradição umas com as outras, ocasionando as crises capitalistas.

Cada crise capitalista é a crise de determinado modelo de produção, que para ser superada, necessita de um novo modelo que possibilitará o desenvolvimento do capitalismo, sendo esse modelo mais expansivo e cuja exploração e dominação sobre o proletariado é maior do que o anterior.

Logo, crise capitalista é o desequilíbrio das esferas constituintes desse sistema, que para além de um modelo meramente econômico, é um modelo de produção de vida, abrangendo todos os aspectos da sociedade caracterizando um movimento dinâmico de diferentes fatores, como por exemplo, o social, político e cultural, a circulação de capital, a produção e o crédito. A cada desequilíbrio, tem-se de acordo com os resultados da crise que ele acarreta na sociedade como um todo, um bloco histórico específico.

3 A CRISE ECONÔMICA DE 1929

“Enquanto se multiplicavam as falências e demissões, o pânico monetário e financeiro e as bancarrotas estatais, o primeiro plano da cena era ocupado por peritos governamentais e encontros diplomáticos. [...] milhões de pessoas se viam sem emprego, portanto sem recursos e sem dignidade, na maioria das vezes sem proteção social, incapazes de pagar seus aluguéis, reduzidas à espera das distribuições gratuitas de alimentos e agasalhos, levadas ao despejo, à mendicidade, à revolta.” (GAZIER, 2010, p. 7).



Figura 1: fila de desempregados em frente a um outdoor que faz alusão ao ‘american way of life’, o melhor padrão de vida mundial.

Fonte: <http://img.historiadigital.org/2009/11/Crise-de-1929.jpg>, acesso 11/12/2013.

A crise de 1929 foi uma grande crise econômica do modo de produção capitalista, uma crise de superprodução nos Estados Unidos da América no período entre guerras, que culminou com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York em outubro do ano de 1929, gerando na década seguinte o que ficou conhecido como a Grande Depressão, de caráter internacional (Coggiola, 2009).

O trecho do livro de Gazier supracitado explicita muito bem como o período da década de 1930 se caracterizou por uma grande desordem humana originada pelas condições em que a população passou a viver após a quebra econômica das grandes potências mundiais. Nos EUA principalmente, tais condições foram contrastantes com as anteriores ao *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, quando a população americana vivia uma prosperidade tremenda, marcada pelo *american way of life*. A Figura 1 caracteriza esse contraste ao mostrar ao fundo um outdoor que faz referência ao ‘melhor padrão de vida mundial’, quando à sua frente vemos uma fila de desempregados consequente de uma crise originada por esse próprio padrão de vida, dentro outros fatores.

3.1 O contexto histórico e o crash da Bolsa de Valores de Nova York

Será preciso combater todos os que pretendam dar destes acontecimentos uma definição única ou, o que é o mesmo, encontrar uma causa ou origem única. Trata-se de um processo, que tem muitas manifestações e no qual causas e efeitos se interligam e se sobrepõem. (GRAMSCI, 2007, p.329)

Como Gramsci diz na citação acima, a crise de 1929 deve ser entendida como um movimento de diversos fatores, tendo causas e efeitos dinâmicos, sendo caracterizada como um processo acumulativo de diversos aspectos, tratando de um desenvolvimento e não somente de um evento, que possui “manifestações” diferentes no seu decorrer, caracterizando um período de origem e término não precisamente definidos. Alguns autores, como ele mesmo diz, diziam que a Primeira Guerra havia sido já uma manifestação da crise, outros diriam que ela poderia nem ser a primeira manifestação e que esta teria um início anterior. O que nos remete aqui analisar é como se deu a crise a partir da década de 1920, precisamente nos EUA, e posteriormente se estendendo internacionalmente a todo o mercado mundial.

O epicentro da crise capitalista de 1929 foi os Estados Unidos da América, país que havia se tornado hegemônico nessa época pós Primeira Guerra Mundial, já que países capitalistas, antes grandes potências, sofriam das consequências da guerra que havia destruído toda a estrutura industrial, além da política e social, o que fez com que os EUA se tornassem a grande e única potência econômica mundial nesse período (Gazier, 2010).

No ano de 1929 os EUA culminavam um período de ascensão que teve início na década de 1870, onde nesse intervalo de tempo o produto industrial do país quadruplicou, os números mostram uma enorme massa de capital e produção de tecnologia avançada que explicam isso, assim como a grande disposição de força de trabalho, caracterizada pelo êxodo rural provocado pelas dificuldades de prosperidade das pequenas produções agrícolas e do grande fluxo imigratório desde o início do século XIX.

Com a prosperidade americana, na década de 1920, a produção industrial crescia exponencialmente, o desenvolvimento econômico abarcava supostamente todas as esferas sociais, o consumo era incentivado e só crescia. Com o advento do automóvel mais barato, seguindo o modelo de produção em massa de Henry Ford, um grande número de famílias americanas tinha um, existia um *boom* do consumismo norte-americano, incentivado por grandes campanhas propagandistas que padronizavam os gostos e criavam necessidades novas, padronizando-as também.

A crise de 1929 foi conhecida também como a crise da já conhecida tendência da queda da taxa de lucro, que prevê que cada vez mais, para se conseguir aumentar o lucro empresarial, precisa-se investir em capital constante, na produção, uma quantia de valor que não é proporcional ao aumento de lucro, tem-se que aumentar muito o investimento para que o lucro aumente só um pouco. Quando os capitalistas tomam conhecimento disso, começam a especular seu dinheiro e não aumentam o investimento na produção, que fica estagnada, formando uma “bolha especulativa”. Na época, com a grande prosperidade econômica geral da população americana, qualquer um podia comprar ações na Bolsa, e o faziam. As ações só subiam cada vez mais, rapidamente, no entanto, não havia base produtiva para isso. Os movimentos especulativos não criam, apenas transferem riqueza socialmente produzida.²

O sucesso dos EUA tinha suas especificidades: a diminuição do controle do Estado sobre a economia fez renascer o liberalismo econômico, já morto na Europa nessa época; o aumento da taxa de acumulação de capitais, o crescimento demográfico e o estímulo à expansão do crédito. Tal crescimento interno foi acompanhado da preeminência mundial do país, que no período de 1926-1929, era responsável por 42,2% da produção mundial de produtos industrializados, era o primeiro exportador mundial, assim como houve a passagem da sua posição de país devedor para credor.³

Esse sucesso baseado no consumo do “*american way of life*” possuía graves problemas estruturais, problemas esses que maximizados levariam, como levaram, a uma crise de caráter internacional: baixa taxa de lucros, alto grau de concentração de renda favorecida pela política governamental e razoável nível de desemprego.

A prosperidade norte-americana não era plenamente partilhada, na década de 1920 as desigualdades se intensificaram, o crescimento do mercado não acompanhara o ritmo da produção, criando uma crise de demanda, uma acumulação de mercadorias, que só poderiam ser comercializadas mediante o financiamento do consumo. Os agricultores passaram a estocar cereais, e para isso pediam empréstimos aos bancos colocando como garantia suas terras; no meio industrial, os donos das empresas se viam forçados a desacelerar o ritmo da produção, conseqüentemente despediram milhares de trabalhadores, afetando mais o mercado consumidor. Os empréstimos feitos aos países europeus para que fossem reconstruídos haviam sido feitos em longo prazo, e os EUA se viam sem capitais e sem mercado consumidor externo para escoar suas mercadorias (no final da década de 1920, quando os países da Europa já estavam reconstituídos, diminuiriam drasticamente as importações, tanto de produtos industrializados como agrícolas, dos Estados Unidos). Com a diminuição das exportações para a Europa, as empresas começaram a estocar seus produtos, não conseguindo vender como antes. Essas empresas possuíam ações na Bolsa de Valores de Nova York, e grande parte da população americana havia comprado essas ações.

No início do século XX já se existia certa acumulação acadêmica acerca dos ciclos econômicos, das crises cíclicas. No século XIX, uma crise se manifestava inicialmente pela baixa dos preços, e os empresários abaixavam os salários estabelecendo o equilíbrio num nível inferior, e assim se liquidava a crise. As crises eram mais graves quando nelas haviam prolongados movimentos de baixa de preços. Para Marx, as crises produzidas a cada período de sete a onze anos aconteciam devido às próprias contradições do modo de produção, o que gerava uma sobreacumulação de mercadorias e capitais.

Para que se observasse esse movimento dos preços, estes eram expressos em ouro. Porém, depois de 1914, muitos países tinham os preços expressos em moedas que eram desligadas do ouro. A partir de 1919, nos países cujas moedas eram desligadas do padrão-ouro mundial, houve uma elevação dos preços internos, enquanto os preços-ouro mundiais

estavam orientados para baixa, dessa forma, não se tinha como avaliar o real movimento dos valores.

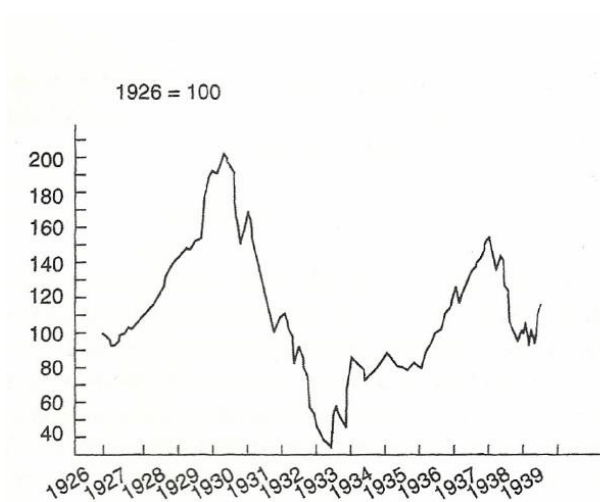


Gráfico 1: Cotação das ações na Bolsa de Valores de Nova York entre 1926 e 1938.

Fonte: GAZIER, 2010, p.10.

O primeiro sinal fora a “bolha especulativa”, que teve início em março de 1928, onde a lei da oferta e procura regia a Bolsa, e quando os grandes empresários otimistas faziam declarações a respeito de um futuro próspero da atividade econômica. Falava-se em erradicar a pobreza do país. No Gráfico 1, podemos observar como se deu o movimento de baixa e alta das ações na Bolsa, como há um aumento progressivo do valor das ações desde 1926, principalmente a partir de 1928, e a queda nos anos seguintes,

onde o ponto mais abissal ocorre em 1933 (Gazier, 2010).

A preeminência econômica dos Estados Unidos começou a apresentar seus problemas já em 1925 quando, como já foi dito, o meio de produção industrial e agrícola desenvolvia-se em ritmo acelerado em contraposição a salários defasados, junto com um progressivo nível de desemprego originado pela gradativa mecanização da produção. Através disso, o mercado interno havia sido limitado gradualmente, e junto com a contínua diminuição do mercado externo também, ao nível em que a Europa se reconstruía, começou a haver uma ‘sobra’ de mercadorias, caracterizando uma crise de superprodução (Coggiola, 2010).

A partir de julho de 1929, observou-se uma queda da produção industrial americana, causando um leve período de recessão econômica. A primeira queda da Bolsa se deu em 24 de outubro do mesmo ano, com os preços se estabilizando até caírem drasticamente na quarta-feira dia 28 de outubro. No dia seguinte, que ficou conhecido como “Quinta-Feira Negra”, cerca de 16,4 milhões de ações foram postas à venda, e devido à inexistência de compradores, os preços dessas ações caíram 80%. O final desse mês se deu com novas baixas de preços e inúmeras falências, e foi através desse *crash* da Bolsa que se sucedeu a Grande Depressão na década de 1930 no mundo todo (Coggiola, 2009).

3.2 A internacionalização da crise

A internacionalização da crise se deu por fatores diversos, alguns já apresentados. No final da década de 1920, a Europa já quase que reconstruída por completo, para de importar os produtos americanos, que começam a ser estocados já que não havia para onde escoá-los, caracterizando uma crise de superprodução. Os Estados Unidos da América, com seus estoques cheios, não havendo mercado, tem sua produção diminuída a um terço quando comparado ao período antes de 1925.

As empresas tendo que diminuir o ritmo da produção por conta do acúmulo de mercadorias paradas, começa a despedir trabalhadores em massa, o que afeta diretamente o balanço do consumo, que fica quase que completamente estagnado.

Os países que eram pouco conhecidos cuja economia era baseada na exportação de produtos primários também sofreram violentamente com a queda do comércio internacional. Os países que importavam essa matéria-prima pararam de fazê-lo, o que teve como consequência uma acelerada semi-industrialização nesses países, onde os empresários passam a investir em manufatura, substituindo as importações pela produção interna dos mesmos produtos antes importados (Hobsbawn, 2003).

No Brasil, por exemplo, na época responsável por em média dois terços da produção mundial de café, teve como consequência política a perda do poder por parte dos cafeicultores, que usavam dinheiro público para comprar toneladas de café excedente e as queimavam em uma tentativa de impedir a queda dos preços, já que os EUA, principal importador do café brasileiro, havia parado de comprá-lo (Hobsbawn, 2003).

Quando em 1931 os EUA retiram o crédito americano, a situação financeira da Europa Central praticamente sucumbe, o que acaba impossibilitando a Inglaterra de pagar suas dívidas aos americanos. As altas taxas de juros impostas pelos Estados Unidos sob seus produtos como uma medida de proteger seu mercado interno faz com que a crise acabe por chegar à Europa toda, já que os países europeus que utilizavam o padrão-ouro dos preços, que tinham sua moeda vinculada ao ouro, para manterem câmbio fixo com os EUA são obrigados a aumentarem também suas taxas de juros, o que acarreta na diminuição do consumo por parte dos trabalhadores, causando graves quedas na produção industrial (Coggiola, 2009).

As peculiaridades da crise de 1929 que a tornaram profunda como nunca antes foi visto, que fizeram com que uma recessão econômica nos EUA se tornasse uma depressão generalizada no mundo inteiro, giram em torno também das medidas nacionais que, em uma tentativa de liquidar com a crise, só agravaram-na. Com os mercados nacionais interligados e dependentes uns dos outros através de suas relações comerciais, certa cooperação internacional mostrava-se necessária para que a crise fosse menos devastadora, no entanto, o que foi observado é que no período logo após a quebra da Bolsa os países cuja posição econômica era mais representativa acabam por tomar medidas protecionistas, limitando o comércio internacional e comprometendo todas as relações comerciais que engrenavam a atividade econômica mundial. Como analisou Maddison apud Coggiola (2009, p.173), “O mercado de capital internacional caiu também sob o peso da mora [sic] e da insegurança criada pela hostilidade entre os principais países capitalistas avançados.”.

A produção industrial e o comércio mundial se reduzem a um terço, como pode ser

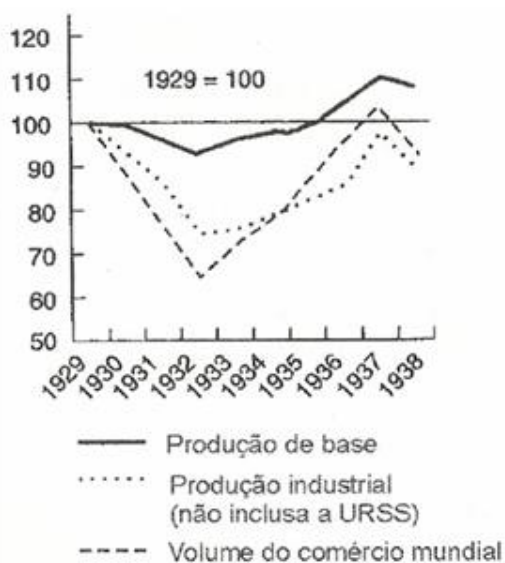


Gráfico 2: Variação anual da produção e do comércio mundial.

Fonte: GAZIER, 2010, p.20.

observado no Gráfico 2, e somente a partir dos anos de 1932-1933 que os países começam a tomar medidas que acabam sendo realmente efetivas no combate à crise (Gazier, 2010)

Como acaba por ser concluído, a crise que ocorria não era como as anteriores, sua gravidade era tal como nunca antes vista, e logo, como difere das outras, não iria se resolver sozinha. Era necessária a intervenção efetiva do Estado. Essas medidas foram posteriormente teorizadas por Keynes.

As medidas tomadas pós-1933 previam uma maior atuação do Estado para que se atenuassem os problemas econômicos. Deixando de lado as variantes políticas nacionais, no geral, as medidas abarcavam um protecionismo alfandegário, a desvalorização monetária, subvenções governamentais às empresas privadas e o aumento dos gastos públicos como meio de empregar a população, para aumentar o nível de consumo e proporcionalmente, fazer novamente a engrenagem da economia funcionar (Coggiola, 2009).

À curto prazo, o *New Deal*, política econômica que foi vigente nos Estados Unidos no governo de Franklin Roosevelt, que cumpriu o cargo de presidente entre 1933 e 1945, tentou salvar os setores falidos através do controle e regulamentação da atividade econômica. Primeiramente, desvalorizando o dólar e abandonando o padrão-ouro, aliviou as dívidas dos produtores agrícolas. Fixou os preços, as condições de produção e emprego, institucionalizou o lado social lançando programas de trabalhos públicos, adotou-se o seguro desemprego e a aposentadoria pública foi assegurada (Coggiola, 2009).

O governo de Roosevelt, com suas concessões sociais, tem como objetivo salvar temporariamente o capitalismo. O Estado intervencionista pensado por Keynes tem como papel mediar os interesses dos grandes capitalistas, reestabelecer a economia para depois passar o poder de controle da esfera econômica novamente para os empresários. Provisoriamente, o *laissez-faire* é suspenso, o Estado intervém regulamentando a economia e controlando o descontentamento social através de pequenas concessões, como diz Gramsci (2007, p.336),

a coerção deve ser sabiamente combinada com a persuasão e o consenso, e isto pode ser obtido, nas formas próprias de uma determinada sociedade, por meio de uma maior retribuição, que permita um determinado padrão de vida, capaz de manter e reintegrar as forças desgastadas pelo novo tipo de esforço.

Entretanto, os níveis de desemprego não diminuíram o quanto era esperado e, em 1937, como disse Art Preis apud Coggiola (2009, p.164), o *New Deal* se transformaria em *War Deal*: em 1938, 800 milhões de dólares antes investidos em garantias sociais da população seriam agora destinados à defesa; a partir de 1939 os países europeus passaram a comprar armas dos EUA e só assim, a crise foi finalmente liquidada, através da chamada economia de guerra, que foi presente também durante a Guerra Fria.

3.3 O lado social da Grande Depressão

A Grande Depressão foi um período caracterizado por uma enorme desordem humana e social. O desemprego foi, por alto, a primeira consequência mais direta da crise no operariado, onde mesmo aqueles que conseguiram manter os seus empregos, tiveram as cargas horárias junto com seus salários reduzidos, e estes eram aqueles que haviam tido sorte. De dois milhões de desempregados antes de 1929, o número chegava a 18 ou 20 milhões em 1932 (Trotsky, 1936).

Ainda nos primeiros anos da Depressão não havia seguro-desemprego, o que restava era a caridade. O número de despejos se multiplicava a cada dia, lotando os abrigos e fazendo surgir muitas moradias improvisadas, casebres amontoados em terrenos abandonados, cuja concentração foi aos poucos formando verdadeiras favelas dos “excluídos” (Coggiola, 2009).



Figura 2: desempregados formam fila para sopa e café grátis.
Fonte: <http://i.imgur.com/CextsnE.jpg>, acesso 11/12/2013.

As filas para as “sopas populares” (Figura 2 e 3) eram imensas, em diversas cidades o lixo era revisado e reaproveitado por milhares de miseráveis, os abrigos para os sem-teto não conseguiam nem de longe abarcar todos os necessitados. A subalimentação produzia um aumento da ocorrência de diversas doenças, como por exemplo, a tuberculose. A ausência de perspectiva assolava grande parte da população. Como Gazier (2010, p.60) diz,

Uma mudança de estado de espírito se manifesta em toda a parte à medida que a provação se prolonga: em alguns meses, o desempregado passa da procura febril ao desânimo e depois à apatia, abatimento final daquele que perdeu todo o amor-próprio e evita os contatos sociais com humilhação profunda e ansiosa.



Figura 3: fila de crianças para receberem comida.
Fonte: <http://i.imgur.com/XeoSw.jpg>, acesso 11/12/2013.

A situação calamitosa vivida por grande parte da população fazia surgir, em diferentes circunstâncias, pequenos grupos nacionalistas de direita que difundiam certa discriminação por grupos étnicos minoritários, sob a acusação de estarem supostamente competindo com os ‘nativos’ pelos empregos, isso fez com que as taxas de imigração para os EUA e Canadá

caíssem (Coggiola, 2009).

Outro ponto importante é que no período da década de 1930 houve presente um aguçamento da luta de classes, de movimentos ideológicos, principalmente depois de 1933. Em nível de reivindicações, dificuldades econômicas as enfraquecem, até que haja uma estabilização da depressão, onde o movimento se inverte alimentando o descontentamento popular geral. Contudo, havia uma impossibilidade de mobilização dos desempregados, que eram muitos, e cuja organização não conseguia ir além de pequenas associações de bairros ou regiões, no máximo. A desestabilização econômica havia já, naquele tempo, ocasionado toda uma desestabilização moral e cultural.

Como analisa Coggiola (2009, p.201),

No momento mais profundo da crise, a classe operária americana ficara essencialmente passiva. Isso foi resultado, de um lado, da violência dos golpes aos quais foi exposta depois de um longo período de prosperidade e, de outro lado, ao fato de entrar na crise com organizações pequenas e débeis, tanto no terreno político quanto econômico.

Esse descontentamento popular conseguiu alguma visibilidade, por mais que muito pouca, nos primeiros anos da depressão. Em 1931-1932 cerca de duzentos mil jovens formava nos EUA uma massa errante de nômades que iam de cidade em cidade furtando-as. Em termos de manifestações, poucas eram realmente efetivas, a mais famosa marcha da fome aconteceu em 7 de março de 1932 na cidade de Detroit, onde uma massa de desempregados protestava contra a redução da assistência social e exigiam novas contratações. No entanto, tais manifestações eram fortemente e efetivamente reprimidas pela força policial, e essa marcha acabou com um saldo de quatro mortes.

Conforme relatou Leon Trotski à época da crise,

A partir de 1933, no entanto, a história da classe operária norte-americana caracteriza-se por uma atividade e uma combatividade quase ininterruptas. Tentativas obstinadas e persistentes para se organizar, culminando freqüentemente em lutas grevistas das mais heróicas, foram empreendidas pelos operários, inclusive aqueles das indústrias chave, tais como a de aço, automóveis, borracha, empresas de serviços públicos e navegação onde, no passado, o movimento sindical jamais pôde criar raízes. As greves dos últimos anos destacam-se como um poderoso impulso da solidariedade e da consciência de classe, englobando dezenas de milhares de operários pertencentes às diferentes indústrias e freqüentemente também de frações das camadas intermediárias da pequena burguesia que sustentaram a luta física dos operários grevistas contra os fura-greves de gangsters privados, da polícia e até mesmo da milícia.” (TROTSKI, 1936, p. 3).

Nos anos seguintes, como mostra a citação anterior, o descontentamento social tomou um rumo maior, e logo ganhou a atenção dos grandes capitalistas e governantes. Até 1930 o capitalismo norte-americano havia conseguido separar a grande parte do proletariado da militância de classes por conta da ilusão no *american way of life*. No entanto, com a depressão, o ‘perigo vermelho’ cada vez mais se tornava real e presente na vida popular da sociedade americana. Com o número crescente de desempregados, junto com o desespero e falta de perspectiva de melhora no sistema vigente, a saída para um comunismo começava a assustar os empresários e os que compunham o Estado.

O sindicalismo tradicional dos EUA mostrou-se insuficiente para enfrentar os problemas ocasionados pela crise: em 6 de março de 1930 cerca de um milhão de desempregados foram às ruas em diversas cidades americanas diferentes. A iniciativa para tal veio do PCA (Partido Comunista da América), que criou o “Conselho Nacional de Desempregados”; do SPA (Partido Socialista) que fundou a “Aliança Operária”; e do ex-pastor A. J. Muste, que criou a “Liga Nacional de Desempregados”, onde posteriormente fusionou suas forças com os trotskistas. Em algumas regiões, viam-se cenários de pequenas guerrilhas, que atacavam depósitos de alimentos e se autodefendiam contra os desalojamentos.

Como diz Coggiola (2009, pp. 203-204),

As greves destacaram-se como um poderoso impulso da solidariedade e da consciência de classe, englobando dezenas de milhares de operários pertencentes às diferentes indústrias, e frequentemente também de frações das camadas intermediárias da pequena burguesia que sustentavam a luta dos operários grevistas.

Com essa conjuntura, com o ‘perigo comunista’ iminente, o Partido Democrata representado por Franklin Roosevelt ganha as eleições de 1932, defendendo a intervenção estatal imediata para que o sistema sobrevivesse. A política anterior do presidente Hoover, republicano, havia sido a de deixar que a crise se solucionasse sozinha, o que não ocorreu, e o que ocasionou todas as circunstâncias supracitadas da grande depressão na década de 1930. No entanto, o medo da perda do poder da burguesia fez com que os democratas se impusessem nas eleições de 1932.

Franklin Roosevelt começa a governar e a forjar seu *New Deal* sob a depressão, cujo objetivo central era salvar o sistema de seu colapso. Pela primeira vez, havia interesse dos mais altos níveis do Estado no que diz à situação dos despossuídos. No entanto, esse

interesse não se tratava de revolução ou altruísmo. O governo havia percebido que era chegada a hora do capitalismo ceder algo de sua riqueza para que sobrevivesse.

Um exemplo desse novo movimento da classe operária, explicitado por Coggiola (2009, pp.201-205), é referente a uma polêmica que ocorreu dentro da AFL (*American Federation of Labor*, Federação Americana do Trabalho), que era uma representação apolítica dos trabalhadores americanos no geral, e que entra em decadência após a quebra da Bolsa (seu número de filiados cai de 4.000.000 no início da década de 1920 para 2.500.000 em 1932), com a proporcional proliferação de sindicatos desvinculados entre si. Os dirigentes de alguns sindicatos que eram vinculados à AFL, incluindo sindicatos que representavam trabalhadores de indústrias-chave, como por exemplo, a dos mineiros, John L. Lewis, constroem um comitê para a organização de corporações de indústria (CIO, *Committee of Industrial Organizations*, Comitê de Organizações Industriais), com o objetivo de auxiliar os operários a se organizarem sobre a base das indústrias. Eles defendiam que, ao contrário do que postulava a AFL dividindo os sindicatos por ofício, estes deveriam ser divididos por ramos da indústria.

Um vasto movimento de organizações e de greve em uma indústria-chave não era uma questão puramente sindical. Ele conduzia necessariamente a um conflito com a classe burguesa em seu conjunto e com o aparelho governamental, o que implicaria em consequências sociais profundas. (COGGIOLA, 2009, pp.204-205).

Segundo Trotski (*apud* Coggiola 2009, p.209), a emergência do CIO dizia respeito ao declínio do capitalismo norte-americano, e que nessas condições, os sindicatos deviam voltar-se para a ação política.

O segundo mandato de Roosevelt é concebido através do apoio ao movimento operário, é uma das bases de sua reeleição em 1936, onde em sua campanha ele dá respaldo à criação da CIO. Contudo, nesse mesmo mandato há certa “normalização” da CIO, através de um sutil deslocamento da mesma para a direita política, com a reaproximação desta com a AFL.

A partir de 1937, no entanto, o *New Deal* começa a reiterar uma nova recaída do capitalismo norte-americano, e nessa conjuntura, é fundada a SWP (Socialist Workers Party), onde em sua resolução de fundação, em 1938, afirmava-se

Seis anos depois, o *New Deal*, como um programa primário de gastos e subsídios governamentais, demagogia liberal e concessões sociais para

camponeses e trabalhadores, conclui em um colapso definitivo. A intolerável crise econômica continua. O ciclo dos negócios recusa-se a emergir por mais do que curtos e insatisfatórios períodos. A impraticabilidade de uma solução na base do *New Deal*, e a fatuidade das soluções propostas no velho estilo republicano da Câmara de Comércio, tornam-se evidentes. Na medida em que as medidas internas fracassam e não oferecem saídas, a burguesia dos EUA se volta para as medidas externas, para a guerra. (COGGIOLA, 2009, p.210)

Em 1940 Roosevelt foi reeleito para seu terceiro mandato, em um contexto de Segunda Guerra Mundial sua eleição foi bem sucedida, enquanto ficava em segundo plano o sucesso duvidoso do *New Deal*. Apesar da existência de líderes sindicalistas que se opunham à entrada na guerra, o ódio despertado pela figura de Hitler devido à sua política interna hiper-reacionária fez com que o apoio à guerra fosse muito intenso, diferente do que ocorreu na Primeira.

Dessa forma, a guerra traria o fim à depressão iniciada em 1929. As taxas de desemprego enfim subiram com a aprovação do maior orçamento de defesa dos EUA antes já visto. A partir de 1942 então, depois do ataque japonês a Pearl Harbor, a máquina bélica americana engrenou a todo vapor revitalizando a economia, elevando-a a um patamar inédito de monopolização na história mundial capitalista. Apesar das tentativas de se diminuir as taxas de desemprego durante a década de 1930, em 1940 ainda 15% da população norte-americana se encontrava desempregada, enquanto ao fim da Segunda Guerra, esse número se reduziria a 1%. Com a entrada do país na guerra, a produção industrial cresceu drasticamente, acabando com os efeitos negativos da Grande Depressão (COGGIOLA, 2009, pp.211-213).

Por fim, junto com a entrada dos EUA na guerra e sua consecutiva ofensiva patriótica, com o aumento do nacionalismo decorrente do momento, o “espírito” de mobilização é aos poucos abafado e apagado da sociedade norte-americana.

3.4 A Grande Depressão e a ascensão do nazismo

Após a Primeira Guerra Mundial, foram impostas à Alemanha pelos Aliados, os vitoriosos da guerra, certas reparações. Em janeiro de 1919 os estadistas dos Aliados se reuniram em Paris para firmarem um acordo de paz e restaurarem a ordem nos territórios europeus após o caos que sofreram, era reconstruir a Europa sem que a Alemanha pudesse

ameaçar sua estabilidade novamente. Ao conjunto de medidas que foram acertadas após a guerra foi dado o nome de Tratado de Versalhes (HOWARD, 2011, p.135).

Dentre os pontos previstos no Tratado, era suposto que a Alemanha perderia suas colônias e devolveria os territórios conquistados, além de que

requeria-se que a Alemanha se desarmasse, entregasse suas colônias de ultramar e pagasse pesadas reparações a seus inimigos vitoriosos. O seu exército ficava reduzido a cem mil homens e privado de ‘armas ofensivas’ como tanques. O seu Estado-Maior, demonizado pela propaganda dos Aliados, seria dispersado; a sua força aérea, abolida; a sua construção naval, limitada a navios de menos de cem mil toneladas de deslocamento. (HOWARD, 2011, p.137).

Essas medidas acabaram por intensificar a recessão econômica quando a crise atingiu o país, tendo seu auge em 1932. Junto com o peso patriótico de perder a guerra, que atingia diretamente o sentimento de nacionalismo, a população necessitava de um “bode expiatório”, uma esperança, seja qual fosse ela. O nazismo seria capaz de mobilizar a pequena-burguesia desesperada explorando seu medo da proletarização (COGGIOLA, 2009, pp. 214-221).

Dentro de todas as consequências da crise na Europa, especificamente na Alemanha, ela agravou a hiper-inflação que atingia a economia do país, a média e pequena burguesia foi arruinada pela inflação e deflação alternantes e acabou sub-proletarizada. Os trabalhadores industriais sofriam com o desemprego em massa, uma miséria densa na qual a procura por emprego parecia interminável. A juventude carecia de qualquer perspectiva de trabalho ou de vida “normal”, tendo milhões de jovens virado nômades, enquanto muitos outros enchiam os “campos de trabalho”. Fenômenos de decomposição social se desenvolveram em larga escala, como por exemplo, a prostituição, problemas com drogas e alcoolismo. *

Um agravante seria, segundo Steinert (2011, p.236), o fato de os descontentes de todos os setores responsabilizarem o “sistema” por essa situação em que se encontravam. Sistema esse representado à época pelo governo da República de Weimar, que era frequentemente ocupado por socialistas.

Nesse contexto, como analisa Coggiola (2009, pp. 214-216), o partido nazista (NSDAP) cresceu exponencialmente. Nascido nas margens do exército alemão, no início, foi financiado por setores da pequena burguesia. Com a crise de 1929, o caixa do partido receberia o apoio dos cartéis alemães, os *konzern* (Kirdorf, do carvão; Vorgler e Thyssen,

do aço; IG Farben, etc). Com esse apoio, as suas possibilidades de propaganda e agitação, sua confiança e sua capacidade de suborno de policiais, juízes e militares cresceram geometricamente, logo, sua influência nos meios da sociedade seria sutilmente alavancada.

Às classes médias desesperadas, os nazistas propunham remédios contra a angústia: xenofobia, racismo, nacionalismo exacerbado, acompanhados de uma demagogia anticapitalista que apontava contra os judeus (desde o século XIX designados como “encarnação do capital” [...]). Também eram denunciados o “imperialismo” [...], os *bonzos* (os dirigentes sindicais, acusados de colaboração com os judeus): os nazistas chegaram a apoiar as “greves selvagens” à margem dos sindicatos. E, sobretudo, o NSDAP usava a violência e o terror contra seus “inimigos”, para demonstrar ao seu “público” sua determinação a atingir seus objetivos. [...] o nazismo oferecia uma saída imediata para a juventude desempregada: o emprego nas suas fileiras, fardado, nas milícias armadas, nas SA (tropas de assalto) e, depois, nas SS [...]. O emprego, o salário, a farda, devolviam aos jovens o que eles julgavam ser uma existência que a sociedade lhes negava (COGGIOLA, 2009, pp. 215-216).

Dessa forma, a ideologia nazista se alastraria pela população alemã que, vivendo nas condições que lhes eram impostas, desesperados, apostavam o que restava de sua esperança naquilo ao qual o nazismo lhes propunha. A necessidade da culpabilização, de achar responsáveis pela situação em que se encontravam, junto com o orgulho levemente ferido recentemente com a perda da Primeira Guerra Mundial e tudo o que tiveram que passar por conta disso, a desmoralização do seu Estado, foram fatores propícios à aceitação por parte da sociedade alemã dos ideais nazistas.

A militância nazista crescera muito desde 1928, e a recusa dos partidos de esquerda de realizarem uma Frente Única contra os nazistas seria posteriormente um fator decisivo à ascensão de Hitler em início de 1933, que viria acompanhada da destruição do movimento operário, como escrevera Goebbels apud Coggiola (2009, p.220), “quando os sindicatos estiverem nas nossas mãos, os outros partidos ou organizações não aguentarão muito tempo... Em um ano, a Alemanha inteira terá caído em nossas mãos.”. E assim, em maio do mesmo ano, os dirigentes sindicais foram presos, espancados e jogados em campos de concentração; sobre os escombros do mais poderoso movimento operário europeu, Hitler criara a “Frente do Trabalho”, a imprensa partidária fora proibida, os sindicatos dissolvidos e proibidos, tendo seus bens confiscados; e em julho de 1933, o NSDAP foi proclamado “partido único”, o Estado nazista, a criatura mais monstruosa da história política, estava lançado (COGGIOLA, 2009, pp. 220-221).

Nesse mesmo instante, Trotsky preveria a Segunda Guerra Mundial, quando escrevera:

O prazo que nos separa de uma nova catástrofe europeia está determinado pelo tempo necessário para o rearmamento alemão. Não se trata de meses, mas tampouco de anos. Se Hitler não for detido a tempo pelas forças internas da Alemanha, alguns anos bastarão para que a Europa se encontre novamente lançada a uma guerra (TROTSKY, apud COGGIOLA, 2009, p.221).

Segundo a análise do mesmo, Hitler em toda sua mediocridade não havia criado política ou teoria alguma, sua metodologia política tinha sido emprestada de Mussolini, que conhecia bem a luta de classes de Marx para utilizá-la contra a classe trabalhadora. Dessa forma, a habilidade de Hitler consistiu em “traduzir a ideologia do fascismo ao idioma do misticismo alemão” e assim mobilizar as classes intermediárias golpeadas pela crise contra o proletariado, a única classe que poderia ter barrado o avanço da ideologia nazista (COGGIOLA, 2009, p.222).

Com isso, os nazistas viriam a recorrer à guerra como forma de responsabilizarem os inimigos externos pelos problemas internos. Junto com uma quantidade e intensidade absurda de meios propagandísticos, a população alemã seria “mobilizada” como um todo a corroborar com isso, com os ideais ideológicos desse sistema, o aceitariam. Na Figura 4 é apresentada uma propaganda de Hitler que passava uma imagem de acolhimento à população, nela leia-se “Crianças, o que vocês sabem sobre o Fuhrer?”. Esse é apenas um exemplo de como a figura de Hitler era retratada, e sobre a difusão do antissemitismo, do nacionalismo exacerbado, do racismo e da xenofobia, a mídia como um todo era bastante explorada, principalmente o cinema, onde antes de cada filme passava-se pequenos curtas cuja construção era feita com aspectos subjetivos que acabavam por entrar na cabeça dos telespectadores, que assistiam àquilo e inconscientemente passavam a reproduzir, no mínimo a aceitar, o Estado nazista e seus ideais baseados na supremacia ariana.



Figura 4: “Crianças, o que vocês sabem sobre o Führer?”
 Fonte: <http://pablofilosofa.files.wordpress.com>, acesso 16/12/2013.

Como analisa Le Bon Freud (apud, 2013, p.47),

as principais características do indivíduo na massa são as seguintes: desaparecimento da personalidade consciente, predomínio da personalidade inconsciente, orientação dos pensamentos e dos sentimentos na mesma direção por meio da sugestão e do contágio, tendência à execução imediata das ideias sugeridas. O indivíduo não é mais ele mesmo; tornou-se um autômato desprovido de vontade.

Com isso, o nazismo conseguiria levar a Europa ao segundo conflito bélico, de caráter mais destrutivo, do século XX. A base social sobre a qual o nazismo se apoiou para sua ascensão foi a pequena burguesia, arrasada e pauperizada pela crise na Alemanha, e foi nesse contexto que o antissemitismo encontrara o seu campo mais fértil de propagação (Coggiola, 2009).

4 CONCLUSÃO

O capitalismo conheceu um período prolongado de reorganização, começando em 1924 e culminando com os efeitos da guerra em 1939. Tal processo seria reflexo do fracasso da ascensão revolucionária, e da oportunidade apresentada à burguesia de dominar o mundo por mais um período histórico. Segundo Trotsky Coggiola (apud, 2009, pp. 222-223), “A situação política mundial em seu conjunto caracteriza-se principalmente pela crise histórica do proletariado”, ou seja, não apenas a burguesia procedia à reorganização da economia mundial através da miséria, do desemprego, da opressão política e da guerra, mas como poderia continuar a fazer isso enquanto essa crise não encontrasse um fim.

A guerra teria representado a forma através da qual o imperialismo buscava um novo equilíbrio, a destruição e a carnificina de milhões de homens. As mesmas causas intrínsecas do capitalismo que haviam causado a Primeira Guerra alcançavam nesse momento do final da década de 1930, uma tensão infinitamente maior que a de meados de 1914 (TROTSKY, apud COGGIOLA, 2009, pp. 223-224).

Durante a Grande Depressão, houve também presente uma batalha ideológica de grande escala, onde as ações de cada Estado frente às situações que ocorriam era acompanhada de cargas ideológicas que pretendiam salvar a prosperidade de certa classe que, no caso da Europa Ocidental e dos EUA, a burguesia sairia vitoriosa. Ou então, como no caso da URSS, o movimento ideológico de esquerda havia saído vitorioso, caracterizando no pós guerra o período de embate ideológico conhecido como Guerra Fria

(briga pela hegemonia ideológica mundial entre os EUA e a URSS no período entre 1945 e 1989).



Figura 5: Cartaz do filme Ninotchka (1939), de Ernst Lubitsch.

Fonte:

<http://cinemascopeblog.files.wordpress.com>,
acesso 16/12/2013.

Um exemplo de como o medo do “perigo vermelho” sondava os Estados Unidos pode ser analisado através do lançamento de uma comédia, do ano de 1939, direção de Ernst Lubitsch, onde é visível como o capitalismo é mostrado como superior ao comunismo. No filme Ninotchka (Figura 5), uma soviética é enviada à Paris em uma missão e, ao chegar lá, se encanta pelos luxos

do Ocidente e acaba sucumbindo ao capitalismo. O trauma da Grande Depressão fora realçado pelo fato de um país que rompera com o capitalismo pareceu imune a ela: a União Soviética, e isso assustava muito o mundo ocidental.

A mais significativa implicação a longo prazo da crise pode ser definida em uma única frase: a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século. Mais especificamente, ela obrigou os países ocidentais a dar às considerações sociais prioridade sobre as econômicas em suas políticas de Estado. Os perigos implícitos a não fazerem isso eram extremamente ameaçadores: a radicalização da esquerda, ou como na Alemanha e em outros países havia ocorrido, a radicalização da direita (HOBSBAWN, 2003, p. 99). Ou seja, após a guerra os Estados focariam suas medidas no âmbito social, com a formulação do Estado de Bem-Estar Social, pensado por John Maynard Keynes (1883-1946), o período após a guerra até meados da década de 1970 seria caracterizado pela prevalência, pelo menos nos EUA (e nos outros países com outros nomes e em circunstâncias diferentes), do chamado keynesianismo. Dessa forma,

A concepção de Keynes não comporta apenas uma crítica teórica do *laissez-faire*. Ela *legitima a intervenção econômica direta do Estado sobre o volume de investimentos*, após identificar o caráter global e duradouro da crise, bem como sua origem: *a insuficiência da demanda efetiva* (em bens de consumo e equipamentos). [...] A busca do pleno emprego possui condições particulares, diferentes da atividade das empresas, cujo objetivo é produzir lucro. Ela implica uma certa centralização política, tornando possível algumas decisões que se referem ao investimento em escala social. [...] O importante, para Keynes, é induzir um processo de colocação da mão-de-obra, de distribuição das rendas e de absorção dos produtos. Ele defende não apenas o financiamento público de obras que criem empregos, mas também investimentos provados (BRUNHOFF, 1991, pp.24-25).

Com isso, a política geral que vigoraria após a Segunda Guerra Mundial, que visava reconstruir uma sociedade que saía de dois conflitos extremamente destrutivos, de um período de grande recessão econômica e desordem humana, social e material, tentava ao mesmo tempo, manter o capitalismo como sistema vigente e superior ao comunismo - ideologia que estaria muito fortemente representada no pós-guerra com a URSS - através de uma aproximação com as questões sociais da população. A política pensada por Keynes, dessa forma, além de ser uma política de baixa taxas de lucro impedindo as restrições monetárias, era

uma política de redistribuição que privilegie o poder de compra das camadas menos favorecidas, que têm uma forte “propensão para consumir” e poupam

pouco – o que justifica os sacrifícios de proteção aos desempregados e de construção da Previdência Social (GAZIER, 2010, p.102).

Não podemos esquecer a importância que teve o progresso da pressão popular e a proteção social característica do segundo pós-guerra, presente no desenvolvimento capitalista até a década de 1970 quando o *welfare state* entra em declínio e surge assim o neoliberalismo, que acusa o primeiro de limitar e impossibilitar o desenvolvimento capitalista através das suas garantias sociais e papel de interventor na economia, defendendo que a liberdade individual reside na liberdade de mercado (Harvey, 2008).

Em termos gerais, a Grande Depressão foi um período originado pela quebra econômica generalizada de todos os países capitalistas, primeiramente dos Estados Unidos da América. Com seu caráter hegemônico, o país norte-americano prosperava no mercado mundial e vivia uma época de grande consumismo desenfreado por parte da população, que comprava o *american way of life*. Na metade da década de 1925, no entanto, começa a haver um acúmulo de mercadorias nos estoques industriais, e não mais havia que comprasse essas mercadorias, os países europeus não mais importavam como antes os produtos e os capitais americanos e logo os EUA se encontram em uma crise de superprodução.

Tal crise culminou com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York, que acaba por não sustentar a “bolha especulativa” que a rondava nos anos antecedentes a 1929, causando diversas falências em caráter global, e em cadeia, os mercados nacionais que dependiam uns dos outros através de suas trocas comerciais também começam a quebrar em cadeia, ocasionando uma recessão econômica internacional. As políticas iniciais nacionais para conter a crise acabam por agravá-la, já que os países se fecham monetariamente com uma pretensão de autoproteção, quando na verdade o necessário era uma cooperação internacional para que a crise fosse menos devastadora, e somente a partir de 1933 que medidas realmente efetivas começam a ser tomadas para diminuir um pouco as consequências da crise.

Em âmbito social, a população norte-americana sofreu com altíssimas taxas de desemprego, miséria, e despejos. A sociedade se via sem perspectiva alguma de vida, os jovens menos ainda; os abrigos para os sem-teto não conseguiam abrigar todos os necessitados, logo haviam nômades no território americano, que iam de cidade em cidade em busca de alguma mínima condição melhor de vida, sem encontrá-la. O contraste dessa

nova “vida” em relação à prosperidade anterior do início dos anos 1920 fez com que inicialmente a população americana tivesse ficado passiva em relação ao sofrimento que passavam, que haviam sido sujeitados a viverem. No entanto, a partir de 1932 foi observada uma conscientização de classe, manifestações aconteceram em larga escala no território americano, o movimento esquerdista cresceu significativamente, e com isso o lado social começou a ser visto com maior preocupação pelos grandes empresários e governantes, que foram obrigados a tomarem medidas para melhorarem as condições básicas da população, e se não o fizessem, poderiam assinar o fim do capitalismo, já que o “perigo vermelho” crescia vindo da URSS, ainda mais por esta não ter sido afetada pela crise mundial, o que tornava o sistema atraente aos olhos dos sofridos cidadãos norte-americanos. Era hora de o capitalismo ceder certa riqueza para o âmbito social ou seria o seu fim.

A Grande Depressão também criaria o território ideal para o surgimento e, em alguns casos o fortalecimento, da extrema direita em certos países. Nos EUA, existiram pequenos grupos radicais da direita, mas nada chegou perto do que foi o desenvolvimento do nazismo na Alemanha, ideologia esta que levaria a Europa ao seu conflito bélico mais destrutivo da história, a Segunda Guerra Mundial. As condições em que viviam a população alemã seriam propícias à disseminação de certos aspectos que, naquele momento, serviram de “bode expiatório” às classes desesperadas, que conseguiriam fazer com que a sociedade alemã corroborasse com o que viria a ser a maior monstruosidade política da história: o Estado nazista de Hitler.

Cabe lembrar, contudo, que foi a Segunda Guerra, e não o *New Deal* de Roosevelt que conseguiu liquidar de vez com a Crise de 1929, já que o projeto do presidente norte-americano não conseguiu impedir outro declínio da economia em meados de 1938. Dessa forma, concluímos que

a segunda e maior depressão do capitalismo em escala mundial (1929-1939) foi superada através de uma conflagração bélica mundial que, provocando uma destruição sem precedentes das forças produtivas sociais, restaurou o precário equilíbrio para a acumulação de capital, na maior catástrofe experimentada pela civilização humana (COGGIOLA, 2009, p.232).

REFERÊNCIAS

- BRUNHOFF, Suzanne de. *A hora do mercado*. São Paulo: UNESP, 1991.
- COGGIOLA, Oswaldo. *As grandes depressões: 1873-1896 e 1929-1939*. Fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.
- GAZIER, Bernard. *A Crise de 1929*. Porto Alegre, RS : L&PM, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: temas de cultura, ação católica, americanismo e fordismo*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. SP: Edições Loyola, 2004.
- (_____) *O neoliberalismo*. São Paulo: Loyola, 2008.
- HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos*. 2 ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003.
- HOWARD, Michael. *Primeira Guerra Mundial*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.
- HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. RJ: Zahar Editores, 1978.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crisis*. Journal of the History of Ideas Vol. 67, No. 2 (Apr., 2006), pp. 357-400.
- LUXEMBURGO, Rosa. *Introdução à economia política*. SP: Martins Fontes, s/d.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. 4. ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2005.
- MÉSZAROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. SP : Boitempo Editorial, 2009.
- POLANYI, Karl. *A Grande Transformação*. As Origens de nossa época. 5 ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.
- STEINERT, Marlis. *Hitler*. SP: Editora Babel, 2011.
- TROTSKI, Leon. *Os Estados Unidos após a Crise de 1929*. Julho/1936.